

INFORMADUNICENTRO

Sindicato dos Docentes da Unicentro



Medicina na Unicentro: Pública ou Privada?

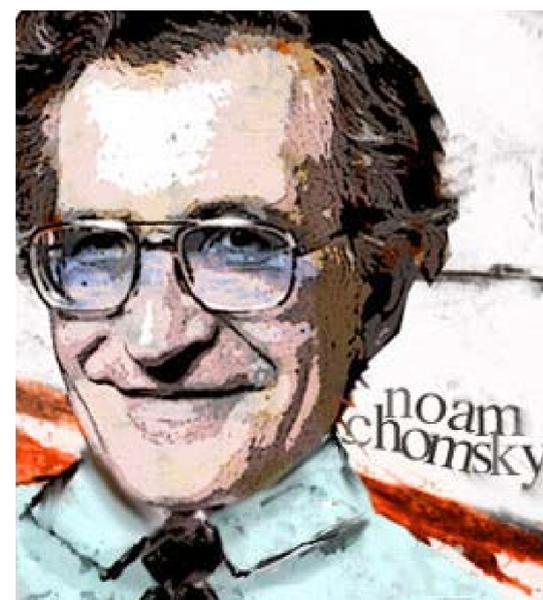
É ano de eleições para Governador, portanto é momento de prometer novamente o curso de MEDICINA para a UNICENTRO. Desta vez parece que sai, mas o anúncio do secretário da SETI de que o modelo a ser adotado é o mesmo da UEPG já causa preocupação. A história do curso de Medicina na UEPG é bastante conturbada. O curso já foi fechado, suspenso, abriu novamente, paralisou diversas vezes e agora terá serviços privatizados. A promessa de criação do curso, pela sua importância, sempre se mostrou eficaz para acalorar

os debates eleitorais em Guarapuava e polarizar algumas disputas. Jaime Lerner se utilizou desta estratégia, depois Requião e agora, Beto Richa. Porém, com a recente aprovação do FUNEAS, os serviços do Hospital Regional são transferidos para a iniciativa privada e a UNICENTRO terá limites impostos à autonomia universitária e gestão do curso. Os Conselhos Superiores têm clareza das consequências? Se têm, precisam compartilhar abertamente isso com a comunidade acadêmica e abrir o debate sobre se é isso que desejamos construir.

Precarização de trabalho e da educação nas Universidades dos EUA

Entrevista oferecida por Noam Chomsky, no dia 4 de fevereiro de 2014, ao Sindicato dos Metalúrgicos, em Pittsburgh. **Disse Chomsky:** O crescimento da contratação de temporários nas universidades dos EUA é parte de um modelo projetado para reduzir os custos do trabalho e assegurar que o docente seja dócil e obediente aos administradores das instituições de ensino. Isso faz parte do atual modelo de negócios. É o mesmo que ocorre com a contratação de trabalhadores temporários na indústria ou com o que eles chamam de “associados” na

Wal-Mart, funcionários que não tem direito a benefícios. É parte de um modelo de negócios privados projetado para reduzir os custos do trabalho e aumentar o servilismo no trabalho. Há outros aspectos que também são bastante conhecidos na indústria privada, como um grande aumento dos níveis de administração e burocracia. Afinal, se você precisa controlar as pessoas, precisa ter uma força administrativa que faça isso. Assim, nas empresas dos EUA, mais do que em outros lugares, há sucessivos níveis de administração, uma forma de desperdício econômico, mas útil para o controle e a dominação.



8 de Março e a luta das mulheres

Historicamente penalizadas com demissão por engravidarem, a licença maternidade foi uma conquista das trabalhadoras. “Negligência do dever com o propósito de dar à luz” era a justificativa. A licença maternidade foi introduzida no Brasil pela Consolidação das Leis do Trabalho (1943) que foi uma resposta do governo Vargas às greves e lutas dos sindicatos por direitos trabalhistas. Ela estabeleceu a licença maternidade de 12 semanas (três meses), período em que a mulher tinha direito ao salário integral, que era pago pela empresa e não pela Previdência Social, que passou a arcar com este custo a partir de 1974. Ainda neste período, as mulheres casadas tinham dificuldades em serem con-

tratadas, pois empresários davam preferência às solteiras. Quando estas últimas se casavam, eram demitidas ou ‘convencidas’ a pedi-la antes que engravidassem. Em 1988, a nova Constituição brasileira ampliou a licença maternidade para cento e vinte dias (16 semanas, ou quatro meses) e definiu como direito social a proteção à maternidade e à gestante (art. 201). Nova ampliação do prazo da licença ocorreu em 2008, quando foi aprovada a Lei 11.770 que adotou aquilo que muitos estados e municípios já concediam para suas funcionárias públicas: a licença maternidade de 180 dias (seis meses) cuja extensão a todas as trabalhadoras foi aprovada pelo Senado.

Em defesa do GAECO

A ADUNICENTRO e outras entidades da sociedade civil de Guarapuava se uniram e organizaram movimento em defesa do GAECO. Publicamente, manifestaram rejeição à mudança de postura do Governo do Estado do Paraná, que comprometia a eficiência das ações da instituição que combate a corrupção e o crime organizado na região. O GAECO de Guarapuava ficaria desprovido de capacidade iniciar qualquer nova investigação. Ato que deixou a população de Guarapuava apreensiva. O GAECO

vinha cumprindo eficientemente, uma importante tarefa e angariou junto à sociedade civil de Guarapuava um grande respeito e confiança. Desde setembro de 2013, a estrutura e funcionamento do GAECO foi prejudicada por atos da SESP, o que acabava por permitir que o crime organizado pudesse continuar a agir com desenvoltura em nossa região. O movimento em defesa do GAECO ocorreu em todo o Paraná e acabou por forçar o Governo a recuar e restabelecer suas funções operacionais. Uma vitória da sociedade organizada e atuante.

